



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS**

2108
S. 11/08/04
Assistência da Plenária

IND 2736/2004

INDICAÇÃO N°

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Protocolo Legislativo para registro de
GAS.
11/08/04

Paulo Pedro Guimarães de Castro
Chefe da Assessoria de Trabalho

Sugere a Secretaria de Estado de Trabalho e Direitos Humanos, a realização de convênio com a União dos Deficientes de Brasília – UDB para a implementação da capacitação profissional e o oferecimento de cursos profissionalizantes aos portadores de necessidades especiais.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do Regimento Interno desta Casa, sugere a Secretaria de Estado de Trabalho e Direitos Humanos, a realização de convênio com a União dos Deficientes de Brasília – UDB para a implementação da capacitação profissional e o oferecimento de cursos profissionalizantes aos portadores de necessidades especiais.

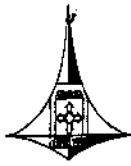
JUSTIFICAÇÃO

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
IND 2736/04
Ass. N.º 01 RITA

Ao Poder Executivo compete garantir o bem-estar da população através de políticas públicas de geração de emprego e renda, bem como fornecer condições para o desenvolvimento e capacitação profissional dos cidadãos no âmbito do Distrito Federal.

O oferecimento de cursos pela Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos é fundamental para uma resolução eficiente da questão do desemprego dos portadores de necessidades especiais pelos órgãos públicos.

Segundo dados de pesquisa da Fundação Banco do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas sobre os Retratos da Deficiência no Brasil, o país tem 24,5 milhões de habitantes com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 14,5% da população. Ainda segundo o estudo, 27% deles não têm nenhum grau de instrução e 29% vivem em situação de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

miséria. As pessoas portadoras de deficiência recebem cerca de R\$ 100 a menos que a média dos brasileiros.

Além disso, é preciso conhecer e divulgar para transformar. É necessário enxergar o deficiente como uma pessoa com talentos e potencialidades, desejos e dificuldades. Não é benemerência ou caridade, mas é preciso que haja a oportunidade de acesso. Isso promove o empoderamento da pessoa com deficiência e rompe com as limitações de ordens emocional e física. A desinformação é o principal causador da exclusão de deficientes.

A falta de informação sobre as condições específicas de cada deficiência também é um agravante pois informações atualizadas e de qualidade são fundamentais, incluindo tópicos sobre como lidar no cotidiano, desde o trato pessoal até adaptações no espaço. Assim como a pessoa com deficiência deve ser preparada para exercer sua cidadania, quem interage com ela também deve sê-lo.

A primeira barreira a ser transposta é a idéia de incapacidade. Um trabalho de sensibilização e informação é necessário para começar a romper esse pré-conceito e a mudar esta cultura.

Os programas de apoio à inclusão de deficientes promovidos por organizações da sociedade civil representam um avanço, especialmente na área de capacitação profissional. Mas ainda existe um descompasso entre a capacitação que o mercado busca e a que é oferecida a essas pessoas. Creio que a parceria entre a sociedade civil e as empresas possa ser uma alternativa valiosa para diminuir esse descompasso.

É necessário salientar, ainda, que uma das maiores reclamações do empresariado é a falta de pessoas portadoras de deficiência com as qualificações necessárias. Nesse sentido, é muito importante o convênio entre o poder público e a União dos Deficientes de Brasília - UDB.

É muito importante investir na qualificação profissional. Embora as pessoas com deficiência tenham mais dificuldade de se ocupar - 52% são inativos - e tenham uma renda menor, as que conseguem um posto de trabalho têm um desempenho muito melhor do que a média.

PRATICAS LEGISLATIVAS
IND 2736/04
02 RLTA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

É preciso que empresas e organizações da sociedade civil precisam trabalhar para derrubar as barreiras que inibem o potencial produtivo e o desenvolvimento dos portadores de deficiência. Essa inclusão traz benefícios para o indivíduo, para a equipe e para toda a organização, que passa a ter uma visão integrada da sociedade, otimizando sua relação com todos os seus públicos.

Dessa forma, as organizações da sociedade civil devem complementar o atendimento público pois elas podem promover a inclusão social através do oferecimento de educação, cursos profissionalizantes, acesso à tecnologia para necessidades especiais e desenvolvimento de programas que promovam discussões e iniciativas na sociedade quanto à acessibilidade, empregabilidade e legislação adequada.

Ademais, os cursos profissionalizantes exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura produtiva da economia brasileira, em decorrência do grande número de funções que exigem uma certa especialização; donde se atribui à estas escolas grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em.....

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

